

LUDICIDADE NA INFÂNCIA: O BRINCAR QUE ENSINA



FABIANA FRANCO CABRAL LIMA

Graduação em Letras pela Faculdade Letras na Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos em 2004. Especialista em Português e Inglês pela Faculdade Letras na Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos em 2004. Professora de Ensino Fundamental II e Médio - Língua Portuguesa e Língua Inglesa na EMEF Célia Regina Lekevicius Consolin.

RESUMO

O presente trabalho tem objetivo de verificar a importância da ludicidade na forma de jogos e brincadeiras na infância. O atendimento de crianças pequenas sofreu mudanças no decorrer dos anos em suas funções, passando do caráter assistencialista para uma função educativa, valorizando a infância. Deste modo, à medida que a educação avançou, avançou a preocupação com a educação da criança, dentro da educação infantil, corresponde ao desenvolvimento. Na infância é construindo uma base, desde os cuidados, alimentação, saúde e aprendizagem para a vida toda, iniciado quando criança e permanecendo o processo no decorrer da vida. A Educação Infantil teve processos marcados dentro da história da educação e da cidadania, pois envolveu situações do trabalho da mulher, bases educacionais e a conquista e reconhecimento da criança como sujeito. A função do educar aparece nas atividades orientadas por professores, ao qual assume papéis educacionais voltados para o desenvolvimento infantil, utilizados através de atividades e oportunidades de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Brinquedo; Ludicidade.

INTRODUÇÃO

Os brinquedos representam a essência da infância, assim como os jogos. À medida que a infância se expandiu, os jogos ampliaram sua concepção. Eles são produtos da atividade social e refletem o nível de desenvolvimento dessa sociedade. Como qualquer produto material criado pelo ser humano, os jogos e brinquedos mostram o desenvolvimento histórico e social da humanidade.

A justificativa do tema é que diante dos conceitos de infância e brincadeira, assim como as características dos brinquedos, mudaram com o passar do tempo, conforme a sociedade se modifica. Atualmente, a tecnologia invadiu o cotidiano e as crianças são fortemente atraídas por ela, por isso as brincadeiras e os brinquedos estão entrando cada vez mais em suas atividades e campos

de conhecimento.

O objetivo geral do trabalho é verificar a importância da ludicidade na forma de jogos e brinquedos na infância, e como objetivos específicos verificar conceitos de criança e infância no processo histórico; analisar o jogo e brinquedo sendo fundamental para infância e verificar o potencial de prazer e educação contido nos jogos e brinquedos.

Assim, qual é o papel dos jogos e brinquedos na infância?

As crianças expressam seus interesses e motivações e descobrem propriedades e relações por meio da ação e da experimentação. A atividade essencial de uma criança é brincar. É fonte de aprendizagem e estimula ações, reflexões e expressões. As crianças investigam e conhecem o mundo ao seu redor, pessoas, animais, plantas e até suas possibilidades e limitações, por meio de jogos. São os instrumentos que permitem às crianças estruturar, compreender e aprender sobre o seu mundo.

A metodologia é uma pesquisa bibliográfica, nos quais foram utilizados os livros de Kishimoto (2011) relatando sobre como as crianças pequenas se constituem em uma dada cultura, a partir da relação que estabelecem entre a atividade imaginadora e o mundo real, apontando a necessidade de recuperar o lúdico no universo dos adultos para que se privilegie a brincadeira como atividade fundamental em creches e pré-escolas. Sales e Faria (2012) relatando sobre nas perspectivas sociológicas da brincadeira, a brincadeira como aprendizagem, entre outros autores.

DESENVOLVIMENTO

CONCEITO DE INFÂNCIA E CRIANÇA NO PROCESSO HISTÓRICO

Segundo Vanti (2012) em épocas anteriores ao século XX, era considerado normal a mortalidade infantil, pois as crianças eram vistas como seres frágeis, eram consideradas adultos em miniatura, quando já podiam andar e deviam obediência sem direito a constatação aos pais e aos mais velhos, mas, na atualidade, pelo menos teoricamente, essa opinião sobre a concepção dominante de criança e infância mudou, a relação da criança com a sociedade adulta sofreu transformações, hoje, admite-se que a criança opine, planeje e participe das atividades igual aos adultos.

Vanti (2012) coloca que em épocas anteriores, a criança era reprodutora do conhecimento, da identidade e da cultura para atingir os objetivos educacionais, precisando da escola para evidenciar em seu cotidiano características da vida adulta como um modelo de ensino e aprendizagem, sendo o método escolar um ensino mútuo para garantir a uniformidade e impedir desvios, através da transmissão de conhecimento e treinos de habilidades cognitivas e abstratas, como a leitura, a escrita e o cálculo, com a memorização de conceitos.

Acreditava-se, ainda, que a criança não teria qualquer interesse em ler e escrever até essa idade e que tentativas de alfabetizá-las antes disso eram vistas até mesmo como prejudiciais ao seu desenvolvimento, já que as crianças não estariam prontas para essa aprendizagem. (BRANDAO; ROSA, 2011, p. 14).

Faria (2007) relata que a criança foi reconhecida na legislação brasileira como sujeito de direitos, onde o direito à educação está constituído na primeira etapa de educação básica, as creches e pré-escolas, em instituições coletivas de educação, onde seguem orientações das diretrizes que exigem estágio e formação certificada para a docência nas instituições.

Logo, conforme Oliveira [et al] (2009) no âmbito do legislativo, o debate considerava que, se os jardins de infância tinham objetivos de caridade e destinavam-se aos mais pobres, não deveriam ser mantidos pelo poder público, mas ficar sob a caridade das famílias que tinham dinheiro, mas, a crítica aos jardins de infância não alcançava as iniciativas de adotá-los como modelos para a educação de crianças mais ricas, nos quais, foram criados os primeiros jardins de infância sob os cuidados de entidades privadas.

As escolas de educação infantil, surgiram, segundo Kramer (2008) as escolas e creches comunitárias foram organizadas pelas populações de baixa renda como consequência de uma ausência de uma política global e integrada por parte dos órgãos públicos, de instituições não governamentais e privadas, nas quais as comunidades reivindicavam serviços de creche e pré-escola para atender a demanda mais imediata de pais e mães trabalhadoras.

Essa metodologia traz para o cotidiano escolar a imobilidade, o silêncio, a obediência, a cópia e a reprodução... São os primórdios da instrução sistemática e programada mais tradicional, ou seja, da prática especializada do professor para organizar o ensino contínuo de conteúdos escolares, já previstos para a série em que ele se encontra. É nesse sentido que a cultura escolar se sobrepõe a uma cultura de infância e fica assim caracterizada. O sujeito dessa concepção é o aluno, o aprendiz. Seus objetivos de conhecimento são a didática e os processos de ensino e aprendizagem. A instituição é sempre a escola: seus espaços, ambientes e materiais. Seu profissional por excelência é o professor. (VANTI, 2012, p. 9).

Desta forma, a autora coloca uma submissão de aprendizado por parte da criança que fica dependente apenas da escola e dos professores, como se todo conhecimento pertencesse a eles.

A educação infantil dentro do conceito de desenvolvimento, para chegar até a atualidade, passou por muitos processos em diversos momentos históricos, no qual não eram valorizados os movimentos feitos pela criança, no universo escolar, a criança era um ser que necessitava de cuidados na ausência da mãe enquanto trabalhava, surgindo as primeiras creches.

De acordo com Pompermaier (2018) o atendimento de crianças pequenas sofreu mudanças no decorrer dos anos em suas funções, passando do caráter assistencialista para uma função educativa, valorizando a infância. Deste modo, à medida que a educação avançou, avançou a preocupação com a educação da criança, dentro da educação infantil, corresponde ao desenvolvimento.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil está organizado, conforme Brasil (1998) com orientações para experiências de formação pessoal e social da criança em contato com o mundo, priorizando o processo de construção da Identidade e Autonomia, estabelecendo relações de habilidades na construção de diferentes linguagens, com o movimento, a Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Quanto ao movimento, Brasil (1998) relata que é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana, assim, as crianças desde o nascimento se movimentam para interagir com o mundo, expressam-se pelos movimentos, ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais, construindo uma cultura corporal.

Na infância é construindo uma base, desde os cuidados, alimentação, saúde e aprendizagem para a vida toda, iniciado quando criança e permanecendo o processo no decorrer da vida.

Deste modo, o papel do educador infantil no processo de aprendizagem, conforme Silva e Souza (2018) as atitudes, concepções e intervenções, serão fatores determinantes no sucesso ou fracasso escolar dos alunos, cabendo ao professor fazer as intervenções necessárias, agindo com respeito, gerando estímulo e trabalhando a autoestima.

A autoestima é importante, pois a criança aprende a cuidar de si, a se amar e ter vontade de aprender as coisas. “A autoestima começa a se formar na infância, a partir de como as outras pessoas nos tratam, ou seja, as experiências do passado exercem influência significativa na autoestima quando adultos.” (ANDRADE, 2017, p. 5514).

A externalização de sentimentos, emoções e estados íntimos poderão encontrar na expressividade do corpo um recurso privilegiado. Mesmo entre adultos isso aparece frequentemente em conversas, em que a expressão facial pode deixar transparecer sentimentos como desconfiança, medo ou ansiedade, indicando muitas vezes algo oposto ao que se está falando. Outro exemplo é como os gestos podem ser utilizados intensamente para pontuar a fala, por meio de movimentos das mãos e do corpo. (BRASIL, 1998, p. 19).

Segundo Goldschmied e Jackson (2006) a maioria das pessoas que trabalham com crianças pequenas tem consciência que para ter um crescimento satisfatório depende de entender todos os aspectos do desenvolvimento da criança na sua totalidade, pois houve uma época que se pensou que se a comida, o calor, a limpeza, o sono e a segurança fossem adequado, o desenvolvimento saudável estaria garantido. Antigamente, não eram considerados os sentimentos amorosos instintivos dos adultos e os sentimentos dos bebês não eram levados em consideração.

Com autoestima, a criança produz aprendizado, conforme Santana (2016) cada criança demonstra maneiras diferentes de aprender e de assimilar as informações, de formas variadas, cada um ao seu ritmo, sendo necessário que seja levado em consideração que a sala de aula é composta por um conjunto de crianças diferentes, uma das outras, dotadas de habilidades e conhecimentos distintos, logo:

Creches e pré-escolas precisam compreender o seu trabalho como uma função educativa de construção da identidade da criança e o exercício de sua cidadania, como também vivenciar a socialização entre elas, desenvolver os aspectos afetivos, cognitivos e emocionais, de modo que tenham acesso e ampliem seus conhecimentos sobre a realidade social e cultural do contexto no qual estão inseridas. (SANTANA, 2016, p. 2).

Desta forma, de acordo com Oliveira [et al] (2012), as concepções de infância são construções históricas, são ideias diferentes de criança, de como ela se desenvolve e quais comportamentos e desenvolvimentos ela deve apresentar e para entender este processo é necessário conhecer como circulam na sociedade concepções sobre o desenvolvimento da criança, o papel da família, da comunidade, da instituição educacional e dos órgãos governamentais na educação.

De acordo com Oliveira [et al] (2012), as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais Para Edu-

cação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 20/09, artigo 6º) apontam o que se espera das Instituições de Educação Infantil brasileira no atendimento de crianças pequenas e suas famílias, e no que se diz a respeito de cuidados, coloca como princípio ampliar possibilidades da criança cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar.

As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças. (BRASIL, 2009, p. 6).

As instituições de Educação Infantil devem assegurar a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo. (BRASIL, 2009, p. 9). Sendo então, os cuidados de caráter ético, na perspectiva da promoção de qualidade e sustentabilidade e pelo princípio do direito e da proteção integral da criança.

Desta forma, as Instituições de Educação Infantil promovem a educação da criança além dos cuidados básicos, sendo, de acordo com Brasil (2009), elas responsáveis em assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades ao participar das práticas educativas, valorizar suas produções, individuais e coletivas, e trabalhar pela conquista por elas da autonomia para a escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários.

Na Educação Infantil, todavia, a especificidade da criança bem pequena, que necessita do professor até adquirir autonomia para cuidar de si, expõe de forma mais evidente a relação indissociável do educar e cuidar nesse contexto. A definição e o aperfeiçoamento dos modos como a instituição organiza essas atividades são parte integrante de sua proposta curricular e devem ser realizadas sem fragmentar ações. (BRASIL, 2009, p. 10).

Desta maneira, o cuidar de si é uma questão quando são dadas condições de autonomia, no qual o “educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis.” (BRASIL, 2009, p. 10).

Neste contexto de cuidar e educar entra a família, de acordo com Brasil (2009), a família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado do bebê, na família ele recebe os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem-estar, e constrói suas primeiras formas de significar o mundo, tendo a necessidade da integração da família e a instituição de Educação Infantil:

Quando a criança passa a frequentar a Educação Infantil, é preciso refletir sobre a especificidade de cada contexto no desenvolvimento da criança e a forma de integrar as ações e projetos educacionais das famílias e das instituições. Essa integração com a família necessita ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança na creche e pré-escola, exigência inescapável frente às características das crianças de zero a cinco anos de idade, o que cria a necessidade de diálogo para que as práticas junto às crianças não se fragmentem. (BRASIL, 2009, p. 13).

A instituição de Educação Infantil deve assumir a “a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias”. (BRASIL, 2009, p. 19).

Segundo com Oliveira [et al] (2012), as Diretrizes apresentam definição de currículo e princípios básicos orientadores de um trabalho pedagógico comprometido com a qualidade e efetivação de oportunidades de desenvolvimento para todas as crianças, deixando explícito os objetivos e condições para a organização curricular.

De acordo com Salles e Faria (2012) a compreensão da definição da Proposta Pedagógica de Educação Infantil entende-se como a busca de organização do trabalho de cuidar e educar crianças de 0 a 5 anos, em creches e pré-escolas, completando a ação da família e da comunidade.

De acordo com Barbosa e Horn (2008) a aprendizagem na Educação Infantil somente será significativa se houver a elaboração de sentido e se essa atividade acontecer em um contexto histórico e cultural, pois na vida social que os sujeitos adquirem referências para interpretar as experiências e aprender de modo congruente com as demandas de cultura, com a presença do outro, adultos ou pares e a coerência de interações com conflitos, debates, construções coletivas como fontes de aprendizagem.

JOGOS E BRINQUEDOS: FUNDAMENTOS DA INFÂNCIA

A criança pode criar uma consciência corporal, por meio das interações sociais que estabelece e das brincadeiras que faz diante do espelho, de acordo com Brasil (1998), ela aprende a reconhecer as características físicas que integram a sua pessoa, o que é fundamental para a construção de sua identidade.

É grande o volume de jogos e brincadeiras encontradas nas diversas culturas que envolvem complexas sequências motoras para serem reproduzidas, propiciando conquistas no plano da coordenação e precisão do movimento. (BRASIL, 1998, p. 24).

A Educação Psicomotora é uma educação global que, além de permitir o desenvolvimento no campo intelectual, afetivo, social e motor da criança dá-lhe segurança organizando suas relações com os diferentes meios em que deve evoluir. Associa-se a estimulação do desenvolvimento psicomotor o despertar da criatividade contribuindo para a formação integral ocasionando o desenvolvimento de suas possibilidades levando o indivíduo à tomada de consciência de seu corpo por meio do movimento. (TASSI, 2014, p. 3).

Deste modo, a educação psicomotora na Educação Infantil, por meio dos movimentos, a criança pelas atividades consegue melhorar o desenvolvimento de modo integral. Tassi (2014) coloca que a psicomotricidade, é considerada como uma ciência que toma como objeto de estudo o corpo e suas manifestações nas dimensões motora, emocional e cognitiva, demonstrando assim, uma profunda relação entre a atividade psíquica e atividade motora, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo.

É na Educação Infantil que se deve propiciar atividades adequadas ao bom desenvolvimento psicomotor da criança e muitas vezes a formação inicial do professor não o qualifica suficientemente para a fundamentação psicomotora que são fundamentais para o processo de aprendizagem. (TASSI, 2014, pp. 6-7).

O desenvolvimento infantil está dividido entre a linguagem, envolvendo a comunicação e expressão, o desenvolvimento motor, o desenvolvimento afetivo e cognitivo. O movimento, foi mencionado por Brasil (1998) no RCNEI, como importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana, manifestando-se como uma cultura.

Fontana (2012) relata que a Educação Infantil traz um novo caminho e uma nova perspectiva

quando se trata do desenvolvimento global da criança, onde se observa a necessidade nas escolas de modo geral e principalmente as de Educação Infantil de um trabalho com qualidade na área motora, para que desse modo a criança vivencie todas as etapas de seu desenvolvimento, sendo atendidas por profissionais receptivos ao processo maturativo e psicoafetivo.

Ao nascer, cada criança apresenta processos internos que lhe possibilitam a aprendizagem, mas que resultam em desenvolvimento a partir, essencialmente, da sua experiência com o meio e das condições que o meio lhe oferece para isso. O que quer dizer que existe um sujeito ativo desde o nascimento, com estruturas orgânicas que o impulsionam à ação, mas cujo desenvolvimento depende radicalmente dessa mesma ação. (HOFFMANN, 2012, p. 35).

A educação contemplando todo desenvolvimento, é considerado como integral. Atividades como jogos e brincadeiras, além de fazer parte do universo da criança, contribui para o desenvolvimento integral pois trabalha o desenvolvimento motor, a cognição pelo estímulo do raciocínio, o afeto pela relação com os pares e o desenvolvimento social, facilitando a linguagem.

Porém, segundo Goldschmied e Jackson (2006), compreender as crianças não se tornou mais fácil cuidá-las em creche, na verdade se tornou mais difícil, complexa e exigente. Segundo Hoffann (2012) coloca que por intermédio de estudos e pesquisas, nas últimas décadas, devido ao processo de profissionalização das mulheres, afastando-se de casa e alterando os costumes familiares, mudou a função social dos espaços institucionais, aumentando a importância de um trabalho educativo especializado junto às crianças como um direito social da infância, protegendo-lhes da violência e garantindo-lhes formação de valores sociais.

Para Salles e Faria (2012) a preocupação com o currículo é bastante antiga, mas recentemente essa preocupação foi tomada a novos rumos, a discussão que se limitava à definição de conteúdo, objetivos, atividades e metodologias estabelecidos por faixa etária ampliou-se, criando-se discussões referente à organização aos fatores essenciais da prática pedagógica em uma instituição educativa

APRENDIZAGEM CONTIDO NOS JOGOS E BRINQUEDOS

Kishimoto (2016) faz uma comparação do lúdico e o trabalho, no qual coloca que a ludicidade está próxima do brincar livre, pois nas atividades impostas pelos professores é trabalho, descaracterizando o lúdico, podendo até ser uma atividade instrumental e produtiva, utilizando uma atividade lúdica dentro da educação, e a ideia de liberdade se aproxima mais do lúdico, não significando que ela não atenda às necessidades de desenvolvimento.

Desta forma, a postura do professor assume grande importância no brincar livre além dos conhecimentos. Negrine e Negrine (2010) coloca que o professor deve utilizar o conhecimento teórico junto com a observação seletiva e atenta do brincar, permitindo que se perceba peculiaridades comportamentais que retratam estados mentais evolutivos.

Ou seja, através da brincadeira livre, a criança mostra evoluções de aprendizado ao qual o professor pelos conhecimentos teóricos deve observar, “a criança comunica ao adulto através das ações do brincar.” (NEGRINE; NEGRINE, 2010, p. 110). Assim a criança utiliza expressão para co-

municação dentro das brincadeiras, ao qual o professor deve reconhecer.

Ao passo que, além da forma expressiva comunicativa, através do brincar a criança produz desenvolvimento. Sabe-se, ao certo, que a ludicidade traz benefícios para o desenvolvimento da criança, como coloca Duprat (2014) que é através do lúdico que a criança desenvolve habilidades físicas, psíquicas, motoras, emocionais, sociais e criativas, entre outras. “Por meio dele, a criança entra em contato com diversas possibilidades educacionais e objetivos pedagógicos, tornando seu aprendizado pessoal e intelectual mais diverso, completo e recreativo.” (DUPRAT, 2014, p. 2).

Barros (2016) coloca que na prática pedagógica escolar deve existir o equilíbrio entre o esforço e o prazer, instrução e diversão. E para que ocorra uma educação lúdica, os professores precisam estar preparados para realizá-la. A criança sentirá gosto da escola, de estudar, de buscar o conhecimento. Tudo isso de forma alegre, participativa e desafiadora.

Barros (2016) relata que é essencial a utilização do jogo na educação infantil, no qual o professor precisa valorizar o lúdico como garantia de um desenvolvimento contínuo. Introduzindo-o na prática educativa, pois existe uma ligação entre infância, jogo e educação, no qual auxilia o desenvolvimento intelectual e favorece a autonomia e a sociabilidade.

Miranda, Santos e Rodrigues (2014) coloca que no contexto educacional, nem toda atividade lúdica pode ser concebida como recurso pedagógico, a ação pedagógica intencional do professor deve refletir na organização do espaço, na seleção dos brinquedos e na interação com as crianças.

Desta forma, Miranda, Santos e Rodrigues (2014) coloca que a aprendizagem através da ludicidade possui maior possibilidade de ser canalizada pela criança e a escola é um dos locais para o desenvolvimento das atividades lúdicas proporcionando diversos benefícios aos alunos. Além disso, cada atividade tem seu significado próprio, único para cada um que brinca.

A autonomia e identidade é umas das funções do desenvolvimento infantil, onde a criança reconheça a si e aos outros. Segundo Brasil (1998) a criança passa a conhecer suas características e potencialidades, reconhecendo seus limites, criando confiança em si e se sentem aceitas, ouvidas, cuidadas e amadas com segurança para a formação pessoal e social.

O desenvolvimento infantil está ligado a muitas conquistas que a criança vai adquirindo desde o nascimento em contato com o mundo, na formação sociocultural, constituindo o papel social da criança.

O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias (BRASIL, 1998, p. 11).

Deste modo, a ludicidade através de jogos e brincadeiras tem um importante papel, além de auxiliar no desenvolvimento infantil, ela atribui a criança a sensibilidade prazerosa com atividades que já faz parte da infância, unindo a aprendizagem com a diversão pela relação com o meio. “A construção da identidade e da autonomia diz respeito ao conhecimento, desenvolvimento e uso dos recursos pessoais para fazer frente às diferentes situações da vida.” (BRASIL, 1998, p. 13).

Portanto, como o brincar é próprio da cultura da infância e para que seja assegurada a qua-

lidade, é indispensável, que na escola tenha em sua concepção as atividades lúdicas com fundamentos para o desenvolvimento de um todo no seu/sua educando/a. Sendo assim é necessário que o/a professor/a sempre planeje as situações de suas atividades lúdicas, sempre o delimitado tempo para essa brincadeira, oferecendo deste modo um brincar de qualidade, assim além do desenvolvimento de capacidades e habilidades construídas enquanto os/as educandos/as brincam far-se-á um cidadão crítico e consciente de seus direitos e deveres diante da sociedade (MORAIS; ARAÚJO, 2018, p. 14).

Miranda, Santos e Rodrigues (2014) coloca que o lúdico apresenta funções sociais e demonstra a apresentação que a sociedade tem da criança e quais os conceitos que possui acerca da infância, no qual a criança evolui com o jogo e o jogo da criança, paralelamente, evolui com o seu desenvolvimento.

Morais e Araújo (2018) coloca que dessa forma percebe-se a necessidade do/a educador/a, pensar nas atividades lúdicas, como uma ferramenta e com isso utilizá-las em diferentes momentos de seu planejamento. Sempre lembrando que o jogo e a brincadeira exigem que haja confronto, negociação e trocas, sempre promovendo conquistas cognitivas, emocionais e sociais.

Deste modo, Moraes e Araújo (2018) relata que o lúdico é usado para que haja total interação do/a educando/a. Para um ensino-aprendizagem, eficaz é preciso que o aluno construa o seu próprio conhecimento e assimilem os conteúdos.

Logo, conforme Moraes e Araújo (2018) o lúdico deve ser visto como uma ferramenta didática para o/a educador/a, como forma de tornar a aprendizagem mais prazerosa, agradável e eficaz.

Assim, conforme Moraes e Araújo (2018) relata que dessa maneira o/a educador/a se torna peça fundamental nesse processo. Educar não é apenas repassar informações ou apenas mostrar um caminho, mas é algo muito mais amplo é ajudar ela a tomar consciência de si mesmo, e da sociedade.

Morais e Araújo (2018) coloca que é de competência da educação infantil adequa-se para que seus/suas educandos/as tenham um espaço rico em atividades lúdicas, pois sabe-se que a maioria das crianças acabam passando grande parte de sua vida dentro de instituições ensino, assim sendo tal ambiente tem que criar um local no qual permita que elas vivam, sonhem, criem e instruem-se.

Proporcionar conhecimento através de atividades como jogos e brincadeiras pode auxiliar a/o educando/a, para que a mesma obtenha melhor desempenho em sua aprendizagem. Torna-se muitas as vantagens de transmitir o conhecimento ludicamente e, dentre elas, podemos citar: a melhoria da capacidade cognitiva do/a educando/a, a potencialização da sua capacidade psicomotora, bem como, da sua capacidade de relacionar-se com seus colegas (MORAIS; ARAÚJO, 2018, p. 10).

Deste modo, Barros (2016) coloca que é a interação social que desenvolve na criança as funções psicológicas (percepção categorial, memória lógica, imaginação criadora etc.), assim, para o sócio interacionismo, aprendizagem, ensino e desenvolvimento não existem de forma independente., no qual a aprendizagem proporciona o desenvolvimento e este possibilita a aprendizagem e isso não ocorreria sem a mediação de outra pessoa, o que significa que a interação promove o desenvolvimento.

Barros (2016) relata que a importância do brincar está também ligada ao desenvolvimento da imaginação, na fundamentação de afetos, exploração de habilidades e na medida em que assumem vários papéis, concebe competências cognitivas e interativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme ocorre as mudanças no processo histórico educacional, deve também favorecer os alunos da inclusão, que já passaram por diversos processos para sair da exclusão e chegar nas perspectivas de uma aprendizagem com qualidade.

As políticas de inclusão apontam as responsabilidades educacionais para o corpo docente, que se sente desamparado, sem recursos, para cumprir as especificidades de aprendizagem da educação especial. A formação continuada com especializações podem facilitar o processo inclusivo, fornecendo técnicas educativas para o docente.

Educação inclusiva significa que todas as crianças são educadas em salas de aula regulares, no qual cada criança tem um modo de aprender subjetivo. As políticas Públicas devem fornecer o máximo de apoio necessário para crianças, professores e salas de aula para garantir que todas as crianças possam participar de suas escolas e aulas.

Deve-se ter um olhar reflexivo diante da mediação com a criança, com o que ela tem que aprender. É preciso sair da postura excludente e deixar a criança não somente na postura de integração, mas dar oportunidades iguais para todos aprenderem, sendo a inclusão.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre ; Grupo A 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**/Parecer CNE/CEB Nº: 20/2009. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.3v.: il.

DUPRAT, Maria Carolina. **Ludicidade e Educação Infantil**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

GOLDSCHMIED, Elinor. JACKSON, Sônia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche.** Porto Alegre: Grupo A, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre: Ed. Mediação 18ª ed. 2012

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (organizadora). **O Brincar e suas teorias.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MIRANDA, Daiana Barth; SANTOS, Patrícia Gonçalves dos; RODRIGUES, Samira De Souza. **A importância dos jogos e brincadeiras para a educação infantil.** Serra: Faculdade Multivix Serra, 2014.

MORAIS; Elirian de Oliveira; ARAÚJO, Eudeiza Jesus de. **Jogos e brincadeiras: O Lúdico na Educação Infantil e o Desenvolvimento Intelectual.** Bueno, RO: Faculdade de Pimenta Bueno, 2018.

NEGRINE, Airton da Silva; NEGRINE, Cristiane Soster. **Educação Infantil: pesando, refletindo, propondo.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de [et al]. **O trabalho do professor na educação infantil.** São Paulo. Biruta 2012.

SALLES, Fátima. FARIA, Vitória. **Currículo Na Educação Infantil: Dialogo com os demais elementos da proposta pedagógica.** Editora Ática. 2ª Ed. São Paulo, 2012.

SANTANA, Katiane Cardoso. **A importância da educação infantil para o desenvolvimento do indivíduo.** Editora Realize III Conedu, 2016.

TASSI, Silvia Regina Candêo Fontanini. **Psicomotricidade: Por uma intervenção com crianças em idade pré-escolar com necessidades educacionais especiais.** Paraná: Cadernos PDE, 2014.